

oe

—

2022

ORÇAMENTO DO ESTADO

NOTA EXPLICATIVA

SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS EUROPEUS



ORÇAMENTO DO ESTADO

XXIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	iii
2. BALANÇO DE 2021	iv
3. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2022	vii
4. QUADROS.....	x



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2022, no domínio dos Assuntos Europeus.

Com a nova orgânica governamental, o Primeiro-Ministro e, por delegação de competências, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus passa a conduzir a política europeia do País, orientando a ação portuguesa nas instituições próprias da União Europeia (UE) e coordenando a definição das posições nacionais sobre as políticas da UE, sem prejuízo das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativamente à ação externa da União Europeia, incluindo no que diz respeito à política comercial comum.

Assim, a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus terá como uma das suas missões principais a articulação horizontal de todo o Governo relativamente às questões europeias e a definição de uma visão coerente e estruturada da ação política do Governo nessas matérias.

Neste documento, além das questões especificamente orçamentais, a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus apresenta o balanço da ação política desta área governativa ao longo do ano de 2021 (que foi essencialmente marcada pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e pela resposta conjunta à pandemia COVID-19). Apresenta-se ainda aquelas que são as prioridades políticas para o ano de 2022 bem como as linhas orientadoras para o mandato que agora começa e que podem ser sintetizadas em três desígnios centrais, que serão posteriormente desenvolvidos:

- i) Mais respostas europeias para os assuntos europeus;
- ii) Mais Europa em Portugal;
- iii) Mais portugueses na Europa.

2. BALANÇO DE 2021

No âmbito da política europeia, o ano de 2021 foi marcado pelo exercício da Presidência do Conselho da União Europeia, durante o primeiro semestre. Sob o lema *“Tempo de Agir: por uma recuperação justa, verde e digital”*, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE 2021) foi exercida em torno de três grandes prioridades: i) promoção de uma recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital; ii) concretização do Pilar Social da União Europeia como elemento essencial para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva; e iii) reforço da autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo.

Neste contexto, as principais ações traduziram-se:

- Na organização, em maio, da Cimeira Social do Porto, com o objetivo de dar impulso político à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e que resultou i) na assinatura do Compromisso Social do Porto (o primeiro compromisso sobre temas sociais globais, subscrito por todos os parceiros sociais europeus, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia) e ii) no âmbito da Reunião Informal de Líderes, a aprovação da Declaração do Porto (a primeira declaração dos líderes europeus exclusivamente dedicada à temática social);
- No apoio à implementação do novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Programa Próxima Geração UE, assegurando i) a entrada em vigor dos novos programas e instrumentos financeiros, em particular do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, ii) a conclusão dos processos de ratificação da Decisão de Recursos Próprios por todos os Estados-Membros e iii) a avaliação e aprovação pela Comissão Europeia do primeiro grupo de Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência, entre os quais o de Portugal;
- Na articulação com os Estados-Membros e a Comissão Europeia da resposta comum da União Europeia à COVID-19, incluindo a coordenação da aquisição, produção e distribuição de vacinas, a negociação de Recomendações do Conselho sobre viagens internas e externas à União Europeia e a adoção do Certificado Digital COVID da UE;
- Em assegurar as responsabilidades decorrentes do Acordo de Saída do Reino Unido e do resultado das negociações sobre a relação futura da UE com este país;
- Em assegurar as responsabilidades da Presidência nos diferentes processos institucionais, com destaque para a Conferência sobre o Futuro da Europa e para a solidificação do mecanismo de avaliação do Estado de Direito;
- Na contribuição para o aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM), em todas as suas dimensões, incluindo iniciativas no âmbito da União Bancária e da União do Mercado de Capitais, garantindo maior integração, resiliência e competitividade das economias europeias e reforçando o papel

internacional do euro. Na realização da “Cimeira da Recuperação”, um evento de alto nível que refletiu, entre outros temas, sobre a UEM pós Covid e como desenhar e preparar a regras da governação económica para o futuro;

- No avanço na implementação do Mercado Interno, com especial destaque para o Mercado Único Digital, a nova Estratégia Industrial Europeia e a Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas;
- Na contribuição e participação na definição de uma nova política de industrialização da Europa, que garanta maior autonomia estratégica e recupere as cadeias de valor europeias;
- No empenho para a aprovação e assinatura da Lei Europeia do Clima e a promoção da descarbonização da economia, a economia circular e o desenvolvimento das interligações energéticas na Europa para a produção, armazenamento, transporte e consumo de energias de fonte renovável, como a energia eólica, solar e o hidrogénio verde;
- No acompanhamento das negociações de acordos comerciais com países terceiros e contribuição para a assinatura dos acordos já concluídos;
- Na organização da Reunião de Líderes da União Europeia com o Primeiro-Ministro da Índia, que resultou na adoção de uma Declaração Conjunta, no lançamento de uma Parceria de Conectividade e no relançamento das negociações económicas para um Acordo de Comércio Livre, suspensas desde 2013, e no início de negociações para um Acordo de Investimento e de Indicações Geográficas.
- Na contribuição para a renovação da política europeia de migração e asilo, nomeadamente através da reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo e do reforço das capacidades de reinstalação da UE, com particular destaque para o novo Pacto de Migrações e Asilo;
- Na contribuição para a preservação e o fortalecimento do Espaço Schengen;
- Na promoção de uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento nas suas múltiplas vertentes, bem como o combate às ameaças híbridas (incluindo a desinformação);
- No aprofundamento dos mecanismos europeus de resposta a crises;
- Debate e promoção das Regiões Ultraperiféricas como laboratórios de futuro na UE.
- Na participação no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa e na Política de Vizinhança, com particular atenção ao relacionamento com os países mediterrânicos, do Magrebe e do Sahel, bem como da Parceria Oriental, organizando, em cooperação com o Presidente do Conselho Europeu e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), a Cimeira da Parceria Oriental, e na participação na Cooperação Estruturada Permanente e no Fundo Europeu de Defesa;

- No desenvolvimento da agenda de parceria entre a União Europeia e a União Africana, tendo designadamente em conta a Estratégia Conjunta UE-África, o Acordo Pós-Cotonou e o Acordo de Comércio Livre Continental Africano;
- Na concretização da participação europeia em importantes reformas do sistema multilateral, designadamente na Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial da Saúde;
- Na aprovação por parte do Conselho de um acordo político sobre um pacote de reformas da Política Agrícola Comum, fortalecendo as suas dimensões verde e social.



3. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2022

Numa ótica de coerência, continuidade e aprofundamento dos objetivos estratégicos, a política europeia do Governo desenvolver-se-á, em 2022, em torno dos seguintes eixos estruturais:

- Aumento da influência de Portugal na UE, tornando-se cada vez mais uma voz ativa entre os Estados-Membros;
- Projeção de uma visão mais portuguesa nos diversos patamares das estruturas das instituições europeias, através da promoção das carreiras europeias junto dos portugueses;
- Preservação da unidade europeia no apoio à Ucrânia e na resposta às consequências que a invasão da Rússia tem vindo a provocar;
- Construção de mecanismos que promovam a autonomia estratégica da União Europeia, no que à energia diz respeito;
- Resposta à dimensão social, humana e sanitária das crises que atinjam a UE e os seus Estados-Membros, designadamente as que foram desencadeadas pela guerra na Ucrânia ou pela pandemia, de forma flexível, ágil, evolutiva e inclusiva;
- Implementação do novo Quadro Financeiro Plurianual e do Programa Próxima Geração;
- Impulso à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, dando seguimento às conquistas alcançadas na Cimeira Social do Porto, realizada durante a PPUE, nomeadamente a implementação das medidas constantes do Compromisso Social do Porto;
- Prioridade à recuperação e resiliência da economia e da sociedade europeia, assim como a dupla transição ecológica e digital, assegurando que decorrem de forma justa, não deixando ninguém para trás;
- Empenho na luta contra as alterações climáticas, dedicando especial atenção à implementação do pacote legislativo *Fit for 55*, que visa assegurar o cumprimento pela UE da meta de redução de, pelo menos, 55% das emissões (relativamente aos níveis de 1990) até 2030 (“Fit for 55”);
- Análise das conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa, com vista a dar seguimento às propostas formuladas pelos cidadãos no âmbito dos encontros nacionais e europeus.

Assim, e em suma, pode sintetizar-se a ação política da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus em três pilares decisivos para a sua ação política:

- i) Mais respostas europeias para os assuntos europeus;
- ii) Mais Europa em Portugal;
- iii) Mais portugueses na Europa.

No âmbito dos Assuntos Europeus, serão empreendidas as seguintes medidas principais:

- Trabalhar com a Comissão Europeia no desenho e implementação de um Plano Nacional de Ação para fazer face à sub-representação portuguesa na Administração Pública europeia, i.e., nas instituições da EU;
- Manter uma resposta forte e coesa da União Europeia face à invasão ilegal da Ucrânia por parte da Rússia, preservando a unidade de ação e a eficácia das sanções dirigidas ao invasor, bem como a solidariedade e o apoio prestado à Ucrânia e ao povo ucraniano;
- Assegurar maior coordenação governativa e maior participação da sociedade civil na fase de negociação dos atos normativos da União Europeia, efetuando um acompanhamento político muito próximo na fase de preparação, discussão e aprovação das propostas por parte das instituições europeias;
- Aplicar o mecanismo ibérico para responder à escalada dos preços da energia provocada pela Guerra na Ucrânia e promover soluções que atendam à condição especial da Península Ibérica neste domínio;
- Implementar e executar, ao nível europeu e nacional, os programas e instrumentos do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Plano de Recuperação da UE – Nova Geração, incluindo o nosso Plano de Recuperação e Resiliência e o PT 2030;
- Avançar na concretização do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e prosseguir na implementação do Compromisso Social do Porto;
- Defender os interesses nacionais e das nossas regiões autónomas na revisão da Parceria Estratégica da Comissão Europeia para as Regiões Ultraperiféricas;
- Acompanhar a implementação do Acordo de Comércio e Cooperação entre a União Europeia e o Reino Unido;
- Participar ativamente nos trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa e dinamizar os respetivos eventos nacionais, contribuindo para a elaboração e aprovação das suas conclusões, a nível nacional e europeu, bem como para o seguimento (*follow-up*) a dar às mesmas;
- Contribuir para o reforço da resiliência da UE no domínio da saúde através da conclusão das negociações sobre o pacote “União Europeia da Saúde” e a operacionalização da incubadora HERA (“Autoridade Europeia de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias”);
- Participar ativamente nos mecanismos de diálogo no âmbito do Estado de Direito;
- Contribuir para a aprovação e implementação do novo pacote legislativo que visa assegurar o cumprimento pela UE da meta de redução de, pelo menos,

55% das emissões (relativamente aos níveis de 1990) até 2030 (“Fit for 55”), assegurando uma transição climática justa e inclusiva;

- Contribuir para iniciativas no âmbito da consagração de 2022 como o Ano Europeu da Juventude, incluindo o novo programa ALMA;
- Participar e dinamizar a reflexão sobre a governação económica do euro pós 2022;
- Avançar na implementação do Mercado Interno, com especial destaque para o Mercado Único Digital, (incluindo os atos legislativos sobre os serviços e os mercados digitais), a nova Estratégia Industrial Europeia e a Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas;
- Contribuir e participar na definição de uma nova política de reindustrialização da Europa, que garanta maior autonomia estratégica e recupere as cadeias de valor europeias;
- Contribuir para a renovação da política europeia de migração e asilo e para a aprovação do Novo Pacto de Migrações e Asilo;
- Contribuir para a preservação e o fortalecimento do Espaço Schengen;
- Promover uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento nas suas múltiplas vertentes, bem como o combate às ameaças híbridas (incluindo a desinformação);
- Avançar com a implementação do pacote de reformas da Política Agrícola Comum aprovado durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, fortalecendo as dimensões verde e social da PAC.

4. QUADROS

Nos termos da nova orgânica governamental, a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) e a Representação Portuguesa junto da União Europeia, em Bruxelas, (REPER) passam a estar sob a direção do Primeiro-Ministro e, por delegação de competências, do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, sendo esse poder de direção exercido conjuntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros no que diz respeito à ação externa da União Europeia, incluindo a política comercial comum, e às relações bilaterais com países europeus.

Sem prejuízo desta alteração, nos termos do Regime de Organização e Funcionamento do XXIII Governo Constitucional, a DGAE e a REPER permanecem organicamente no Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo o apoio logístico, administrativo e financeiro às mesmas assegurado pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nesta medida, a informação financeira e orçamental deverá ser interpretada em conjunto com a Nota Explicativa da área governativa dos Negócios Estrangeiros.

Quadro 1 – Despesa consolidada dos Assuntos Europeus por natureza da despesa

	2021	2022	Variação	Estrutura 2022
	Execução provisória	orçamento	%	%
DESPESA GSEAE + DGAE				
DESPESA CORRENTE	5 836 242	6 332 183	8%	100,0%
01-Encargos com pessoal	4 980 747	5 233 987	5%	82,7%
02-Aquisição de bens e serviços	790 135	1 029 096	30%	16,3%
03-Juros	0	0	0%	0,0%
04-Transferências correntes	65 360	68 998	6%	1,1%
05-Subsídios	0	0	0%	0,0%
06-Outras Despesas Correntes	0	102	100%	0,0%
DESPESA DE CAPITAL	0	0	0%	0,0%
Investimento	0	0	0%	0,0%
Transferências capital	0	0	0%	0,0%
Outras Despesas de capital	0	0	0%	0,0%
Diferenças de consolidação	0	0	0%	0,0%
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	5 836 242	6 332 183	8%	100,0%
Ativos financeiros	0	0	0%	0,0%
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA (1)	5 836 242	6 332 183	8%	100,0%

Quadro 2 – Estrutura de financiamento dos Assuntos Europeus

	2021	2022	Variação
	Orçamento	Orçamento	%
Despesa por Fonte de Financiamento consolidada	6 488 930	6 332 183	-2,4%
Receitas de Impostos	6 432 830	6 159 083	-4,3%
Receitas Próprias	4 100	4 100	0,0%
Transferências entre entidades	0	117 000	100,0%
Fundos Europeus	52 000	52 000	0,0%
Diferenças de consolidação	0	0	0,0%

A informação constante dos quadros 1 e 2 diz respeito ao Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e à Direção-Geral dos Assuntos Europeus.

Os dados referentes à Representação de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, são parte integrante do orçamento previsto pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para o conjunto dos serviços externos periféricos, onde se inclui a REPER.

Quadro 3 – Número de efetivos em 31 de dezembro de 2021 por organismo

	31/12/2021
	Real
Gabinete	13
MNE - DGAE	103
MNE - REPER	104
PPUE	30
Total Efetivos	250

O número de efetivos compreende os diplomatas, que se encontram em funções na Direção-Geral dos Assuntos Europeus e na REPER, bem como pessoal especializado e técnico.